

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1588794 - MS
(2019/0284566-6)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : SERTAO COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADOS : MÁRCIO ANTÔNIO TORRES FILHO - MS007146
ARY RAGHIAN NETO - MS005449
ARNALDO PUCCINI MEDEIROS - MS006736
LÚCIA MARIA TORRES FARIAS - MS008109
ELVIS MAIKON CARVALHO SOUZA - MS022555
AGRAVADO : KOMECO IMPORTADORA EXPORTADORA
INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : GUSTAVO LUIZ MEIRELLES DA SILVA - SC031198
MELISE CEZIMBRA MELLO - SC029415A
AGRAVADO : MARIA JOSÉ DE SOUZA SANTANA
ADVOGADOS : ROBSON QUEIROZ DE REZENDE - MS009350
TIAGO DO AMARAL LAURÊNCIO MUNHOLI -
MS010560

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CPC.

1. Ação de obrigação de fazer c/c reparação por danos morais.
2. Não merece conhecimento o agravo interno que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada.
3. O agravo interno é manifestamente inadmissível, quando o recorrente não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão agravada, como determina o art. 1.021, § 1º, do CPC/15, razão pela qual, na hipótese de ser assim declarado à unanimidade, fixo multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, com fulcro no § 4º do art. 1.021 do CPC/15.
4. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, com aplicação de multa, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrigli
Relatora